

AVALIAÇÃO NA/DA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola campo

RESUMO: A Educação Infantil, etapa inicial da Educação Básica brasileira, prioriza o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos. Em vista disso, os currículos voltados para essa etapa educacional devem ampliar as experiências cotidianas das crianças, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017). A avaliação, essencial no contexto educacional, na Educação Infantil oferece elementos para os professores compreenderem as crianças e suas interações com a cultura, sendo um processo de observação e registro das aprendizagens do cotidiano e da prática pedagógica. Este estudo buscou analisar a concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) de um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI - unidade do ProInfância localizada em um município do Rio Grande do Norte/RN. Dessa forma, teve como principal metodologia a pesquisa documental. Conforme o documento analisado, a avaliação formativa proposta pela instituição se alinha à Educação Infantil, privilegiando a interatividade e diálogo entre educadores e crianças para promover aprendizagens significativas e respeitar a totalidade dos educandos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, Programa Residência Pedagógica, Projeto Político Pedagógico (PPP), Concepção de Avaliação.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Infantil - ou seja, a educação voltada a crianças de 0 a 5 anos e 11 meses - constitui um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 reafirma esse direito e a estabelece como a primeira etapa da Educação Básica, a qual tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, [...]” (Brasil, 1996).

Ainda nessa perspectiva, os currículos voltados para a educação da criança pequena precisam proporcionar experiências significativas que ampliem o repertório das mesmas, levando em consideração seu cotidiano. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017) são referências fundamentais nesse processo, uma vez que as DCNEI estabelecem princípios, fundamentos que orientam as práticas pedagógicas na Educação Infantil, enquanto a BNCC organiza

o currículo em cinco campos de experiências, onde estão definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Desse modo, a avaliação desempenha papel fundamental no contexto da Educação Infantil, visto que é uma das dimensões constitutivas do currículo. Assim, mais do que uma ferramenta para quantificar o desempenho das crianças, a avaliação nesta fase educacional é uma prática complexa que visa compreender e apoiar o desenvolvimento integral dos pequenos.

Em vista disso, compreendemos a partir de Micarello (2010) que:

Na educação infantil, a avaliação cumpre o importante papel de oferecer elementos para que os professores conheçam melhor as crianças com as quais trabalham, suas características pessoais e grupais, suas emoções, reações, desejos, interesses e modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas, transformando-a. (p. 01)

Assim, a avaliação na Educação Infantil pode ser compreendida como um processo contínuo de observação e registro das aprendizagens das crianças, o qual ocorre em seu cotidiano educacional. Nesse sentido, a avaliação é um processo contextualizado, influenciado pelos aspectos socioculturais que atravessam a vida das crianças. Além disso, a avaliação na Educação Infantil é um constante exercício de planejamento, prática e reflexão por parte dos educadores.

Em vista disso e da relevância da avaliação para o processo educacional, em especial na Educação Infantil, considerando que a mesma visa um conhecimento mais aprofundado das crianças. É pertinente refletir acerca das concepções de avaliação adotadas pelas instituições educativas. Desse modo, apresentamos neste trabalho, uma análise documental da concepção de avaliação assumida no Projeto Político Pedagógico, de um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, escola campo de nossas atividades no Programa Residência Pedagógica.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental, a qual buscou realizar uma análise acerca do Projeto Político Pedagógico (PPP) de um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI - unidade do ProInfância localizado em um município do Rio Grande do Norte/RN, possuindo, desse modo, como foco a concepção de avaliação. A pesquisa envolveu a revisão de artigos acadêmicos, teorizações e

diálogo com documentos oficiais como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Brasil, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), os quais organizam e orientam a elaboração, planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas e curriculares para a etapa da Educação Infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao tratarmos acerca do Projeto Político Pedagógico (PPP) é importante compreender que o mesmo é um documento fundamental para regência de uma instituição escolar, uma vez que é responsável por reunir seus principais objetivos, metas e diretrizes. O PPP é obrigatório para toda escola, de acordo com o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, desse modo o documento é obrigatório e deve ser apresentado às secretarias de educação.

Contudo, o PPP não deve ser apenas viabilizado devido a sua obrigatoriedade, pois uma das finalidades do documento é viabilizar a autonomia na gestão administrativa e pedagógica, através de procedimentos que tratem acerca da realidade, identidade, diversidade cultural e religiosa de cada instituição, sendo um instrumento valioso para orientação da comunidade escolar é melhoria do ensino de cada rede de ensino. De acordo com Vasconcellos (1995), o Projeto Político pedagógico:

[...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição." (P.143).

Partindo desses princípios, realizamos uma análise do PPP da escola campo, para compreender a compreensão da instituição acerca da avaliação na Educação Infantil, trazendo para nossa discussão a compreensão de autores e elementos que respaldam acerca das especificidades da avaliação analisada.

Autores como Luckesi (2011) debatem acerca da avaliação, a qual dissertam a mesma em diversas concepções, resoluções essas, que, em um dado ponto, oscilam entre correlaciona-la com o ensino ou defini-la com uma técnica de

planejamento. Contudo, observa-se que a avaliação concebe de um processo intencional, auxiliada por ciências diversificadas, que pode ser empregue em todo tipo de prática. Em suma, a avaliação é uma ação de atribuição de valor, que através da análise, tem como objetivo intervir no decurso da aprendizagem, no intuito de favorecer sua execução e beneficiar o aperfeiçoamento de todo um sistema. Entretanto, é importante visar que a avaliação não engloba apenas no ato de atribuição de valor, ela também é uma função de meditação, de formação e ação, a qual deve proporcionar novas estratégias que venham a contribuir para o processo de ensino- aprendizagem dos educandos.

Com o processo de redemocratização do país ocorrido na década de 80, o Brasil passa por transformações políticas e sociais, as quais repercutem no cenário educacional brasileiro. Com a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988 a criança ganha um novo status, passando, então, a ser compreendida como sujeito de direitos. Assim, é a partir da constituição vigente que a Educação Infantil é reconhecida como um direito da criança. Em vista disso, tal etapa deixa de ser vinculada à política de assistência social e passa a ser incluída na política nacional de educação. Além disso, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ocorrida no ano de 1996, a educação voltada à criança pequena é estabelecida como a primeira etapa da Educação Básica.

Ainda nessa perspectiva, durante muito tempo a Educação Infantil, e respectivamente a avaliação, ficaram de fora das discussões acerca da educação formal, como já mencionado, é apenas com a LDB 9394/96 de 1996 que tal etapa é estabelecida como a compreendemos atualmente e avaliação destinada a educação da criança passa ser pensada. Assim, é possível constatar tal afirmação no artigo 31, do já referido documento, ao mencionar que: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996, p.10).

Dessa forma, é possível perceber que o ato avaliativo na Educação Infantil, não deve ser compreendido como classificatório ou ferramenta que possibilite a entrada na etapa do Ensino Fundamental, muito pelo contrário, a avaliação precisa ser entendida como um processo complexo de acompanhamento e registro que tem como objetivo o desenvolvimento infantil.

Mediante ao que foi debatido acerca da avaliação, ao realizamos uma análise com o conceito de avaliação e o PPP da instituição, podemos diagnosticá-la como uma avaliação formativa, no PPP a avaliação é descrita como “Instrumento de reflexão que requer um olhar sensível é permanente do professor sobre sua prática pedagógica, sobre criança é seu desenvolvimento integral”. (Projeto Político Pedagógico, 2020, p.21).

Conforme Fernandes (2006, p.23) a avaliação formativa refere-se a uma “avaliação interativa” equidistante aos processos cognitivos dos alunos e relativa aos procedimentos de feedback de regulação de autoavaliação e de autorregulação das aprendizagens. Hadji (2001, p. 19), por sua vez, afirma que “ a função principal da avaliação formativa é a de contribuir para uma boa regulação da atividade de ensino (ou da formação, no sentido amplo).” Logo, enfatiza a relevância de levantar conhecimentos pertinentes à regulação dos processos de ensino e aprendizagem, de modo que a mesma transpasse por todo o processo de forma contínua.

Assim, como a evolução das discussões acerca da educação da criança pequena, em especial no campo do currículo, trazemos para o diálogo, as DCNEI (Brasil, 2009) e a BNCC (Brasil, 2017), documento os quais orientam a elaboração, planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas e curriculares para a etapa da Educação Infantil, uma vez que a avaliação se apresenta como aspecto constituinte do currículo.

Em vista disso, identificamos no **artigo 10** das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, suas orientações sobre avaliação na Educação Infantil: “As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação [...]” (Brasil, 2009, p. 04)

Neste artigo é reforçada a importância da avaliação como um processo dinâmico, contextualizado e, principalmente, como ferramenta de inclusão da criança na etapa de Educação Infantil, que deve respeitar o tempo de desenvolvimento de cada criança, uma vez que reconhece que cada sujeito possui suas especificidades, assim, é importante reconhecer que não podemos avaliar os pequenos da mesma forma nem esperar respostas homogêneas ao propor atividades. Como afirma Micarello (2010):

A avaliação deve objetivar um conhecimento mais aprofundado das crianças para que os adultos sejam capazes de mediar, de forma mais adequada, as relações entre elas e o ambiente no qual estão inseridas. Consequentemente, o ato de avaliar não pode levar a uma classificação das crianças [...] tampouco pode servir de instrumento para que as crianças sejam retidas em alguma etapa da educação infantil ou para que tenham seu ingresso no ensino fundamental adiado. As referências para se proceder à avaliação devem ser buscadas na própria criança e não em padrões pré-estabelecidos aos quais ela deva corresponder[...]. (p. 03)

Assim, conforme a autora, o ato avaliativo na Educação Infantil não pode ter compreendido como um processo mecânico, o qual a única finalidade é medir o desenvolvimento das crianças ou como um instrumento de reprovação/retenção das mesmas. Longe disso, a avaliação no contexto desta etapa educativa, precisa ir além dos conhecimentos superficiais acerca da criança, para assim, conhecendo mais profundamente os pequenos o educador possa ter maior embasamento para mediar as interações que as crianças estabelecem com o ambiente.

No que se refere a avaliação sobre a ótica da BNCC (Brasil, 2017) é importante realçar que o documento não se trata diretamente sobre como deve ser feita a avaliação na Educação Infantil, mas ressalta a importância de uma abordagem educativa intencional e do acompanhamento das práticas pedagógicas.

Desse modo, o papel do educador é crucial na criação de um ambiente educacional que proporcione o desenvolvimento integral das crianças. Isso envolve a reflexão, seleção, organização, planejamento, mediação e monitoramento das práticas e interações pedagógicas, visando garantir uma diversidade de situações que promovam o crescimento pleno dos alunos. Além disso, é fundamental acompanhar de perto as atividades e aprendizados das crianças, observando individualmente e em grupo, registrando suas conquistas, avanços e possibilidades. A utilização de diversos tipos de registros, como relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos, permite documentar a progressão ao longo do tempo, sem a intenção de categorizar ou classificar as crianças. O objetivo é reunir informações para reorganizar o ambiente educacional, de modo a assegurar os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do CMEI, a avaliação das crianças ocorre de forma contínua, através de observações, registros de experiências vivenciadas, rodas de conversa, brincadeiras, gestos, movimentos, fala e escuta. Seguindo uma abordagem holística, a qual a Educação Infantil em creche

e pré-escola, deve cumprir com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que estipula que a avaliação nesse contexto consiste no acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem visar à promoção para o ensino fundamental.

Para a garantia dos direitos da criança enquanto cidadão historicamente situado no contexto em que vive, a avaliação permite o acompanhamento das conquistas, dificuldades e possibilidades apresentadas durante a realização das atividades propostas, em que as situações de aprendizagem devem ser criadas para o desenvolvimento, físico, intelectual, psicológico e social, com isso, percebe a importância do registro como forma de acompanhar o processo de desenvolvimento do aluno. (Projeto Político Pedagógico, 2020, p. 43).

Observamos que a avaliação é pautada no documento apenas como acompanhamento dos processos de aprendizagem das crianças, não identificamos menção a avaliação da prática pedagógica e a reflexão acerca dos instrumentos de registro. Ressaltamos, no entanto, que há uma ênfase na perspectiva formativa da avaliação, pois, considera que a prática avaliativa deve respeitar o tempo e o processo de cada criança, sendo significativa em seu contexto escolar. Sobre os instrumentos e formas de registro, o texto define:

Os registros acontecem de forma sistemática. Os professores registram acontecimentos, conquistas, avanços, dificuldades e/ou mudanças de seu grupo e de determinadas crianças, dados e situações significativas acerca do trabalho realizado e interpretações sobre as próprias atitudes e sentimentos. [...] No término de cada bimestre o professor organiza o registro individual da turma e o coordenador analisa e posteriormente faz as intervenções necessárias junto aos mesmos. Esse acompanhamento dá-se também semanalmente nos planejamentos pedagógicos. (Projeto Político Pedagógico, 2020. pp. 43-44)

O PPP não contextualiza de forma explícita como compreende os processos de documentação da prática pedagógica, as formas de acompanhamento das famílias e a participação das linguagens e registros das crianças nos registros avaliativos, pois menciona apenas o registro sistemático do professor. No entanto, destacamos a perspectiva de acompanhamento da coordenação pedagógica, o que pode indicar, um trabalho reflexivo a partir da análise dos registros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi debatido acerca da avaliação na Educação Infantil, podemos concluir que a avaliação voltada para esta etapa educativa obtém traços

distintos quando comparada a avaliação com adultos e crianças de outras faixa etária. Partindo dessa perspectiva, a avaliação passa a registrar o desenvolvimento global das crianças, catalogando a ampliação de seus conhecimentos acerca do mundo, assim como dos avanços de suas capacidade afetivas, emocionais e cognitivas.

Logo podemos concluir que a avaliação formativa proposta pela instituição se adequa ao campo da Educação Infantil, caracterizada como uma avaliação interativa a qual o(a) mediador(a) dialogar com as crianças para alavancar os conhecimentos e explorar juntos os caminhos inexplorados, a qual o(a) professor(a) passa a entender e respeitar o educando em sua totalidade, uma vez que, o ato de avaliar é um traço que contempla a condição humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB. CONSED. UNDIME. 2017.

BRASIL. MEC. CNE. CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução 05/2009. CNE/SEB, 2009.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394/96. Brasília:. 8 de maio de 2013.

DIAS, Renata Flávia. **A Construção Histórica da Avaliação no Contexto da Escola Atual**. Revista Espacios. vol.37,2016.

ESTEBAN, Maria Tereza . **O Que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p.19, 70.

FERNANDES, Domingos. **Para uma Teoria da Avaliação Formativa**. Revista Portuguesa de Educação, 2006,19 (2), pp. 21-50.

MICARELLO, Hilda. **Avaliação e Transições na Educação Infantil**. In: ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO - Perspectivas Atuais. Belo.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Centro Municipal de Educação Infantil Júlia Amélia Cruz, Angicos/RN, 2020.



I CONGRESSO
NORTE-NORDESTE
PIBID/PRP

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo.** São Paulo: Libertat, 1995.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional.** São Paulo: Ibrasa, 2000, p.22